



IBGE

Agente de Pesquisas por Telefone

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	7
Domínio da ortografia oficial.....	18
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de seqüenciação textual.....	19
Emprego de tempos e modos verbais.....	21
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	27
Emprego das classes de palavras.	32
Emprego dos sinais de pontuação.	44
Concordância verbal e nominal.....	49
Regência verbal e nominal.....	51
Emprego do sinal indicativo de crase.....	54
Colocação dos pronomes átonos.....	55
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	57
Significação das palavras.	59
Exercícios.....	60
Gabarito.....	73

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Princípios de contagem.....	1
Razões e proporções. Regras de três simples.....	7
Porcentagens.....	11
Equações de 1º e de 2º grau.....	14
Seqüências numéricas. Progressões aritméticas e geométricas.....	20
Funções e gráficos.....	25
Estruturas lógicas.....	33
Lógica de argumentação. Analogias, inferências, deduções e conclusões.....	35

SUMÁRIO



Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Leis de De Morgan.	36
Equivalências.	38
Diagramas lógico.	44
Lógica de primeira ordem.	47
Princípios de contagem e probabilidade.	48
Operações com conjuntos.	48
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	52
Exercícios.	55
Gabarito.	59

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Código de Ética do IBGE.	1
Lei nº 8.112/1990 e suas alterações (art. 116, incisos I a IV, inciso V, alíneas a e c, incisos VI a XII e parágrafo único.	5
art. 117, incisos I a VI e IX a XIX.	5
art. 118 a art. 126; art. 127, incisos I a III.	7
art. 132, incisos I a VII, e IX a XIII.	8
art. 136 a art. 141; art. 142, incisos I, primeira parte, II e III, e §1º a §4º).	8
Exercícios.	10
Gabarito.	15

CONHECIMENTOS GERAIS

Relação entre a sociedade, a economia e o meio ambiente: a modernização capitalista e a redefinição nas relações entre campo e cidade, o papel do Estado e das classes sociais e a sociedade urbano-industrial (urbanização) brasileira, a cultura do consumo, o Brasil diante das questões ambientais (aquecimento global e desenvolvimento sustentável).	1
Globalização: blocos econômicos, consequências da globalização, etapas da integração econômica, Brasil na globalização.	4
História do Brasil: aspectos relevantes da história do Brasil de 1930 aos dias atuais e seus reflexos na sociedade contemporânea; economia e sociedade brasileira.	13
Noções de geografia urbana.	30
Formação territorial e divisão políticoadministrativa.	33
Dinâmica da população: migrações populacionais, área de crescimento e de perda populacional.	42
O agronegócio brasileiro. Atividades agropecuárias e extrativas.	48
Fontes alternativas e energia no Brasil.	52
Exercícios.	53
Gabarito.	62



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



A análise combinatória ou combinatória é a parte da Matemática que estuda métodos e técnicas que permitem resolver problemas relacionados com contagem¹.

Muito utilizada nos estudos sobre probabilidade, ela faz análise das possibilidades e das combinações possíveis entre um conjunto de elementos.

— Princípio Fundamental da Contagem

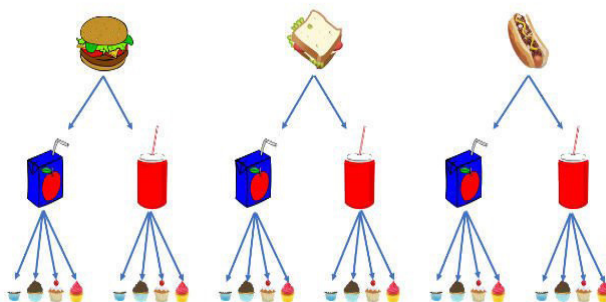
O princípio fundamental da contagem, também chamado de princípio multiplicativo, postula que:

“quando um evento é composto por n etapas sucessivas e independentes, de tal modo que as possibilidades da primeira etapa é x e as possibilidades da segunda etapa é y , resulta no número total de possibilidades de o evento ocorrer, dado pelo produto $(x) \cdot (y)$ ”.

Em resumo, no princípio fundamental da contagem, multiplica-se o número de opções entre as escolhas que lhe são apresentadas.

Exemplo: Uma lanchonete vende uma promoção de lanche a um preço único. No lanche, estão incluídos um sanduíche, uma bebida e uma sobremesa. São oferecidas três opções de sanduíches: hambúrguer especial, sanduíche vegetariano e cachorro-queite completo. Como opção de bebida pode-se escolher 2 tipos: suco de maçã ou guaraná. Para a sobremesa, existem quatro opções: cupcake de cereja, cupcake de chocolate, cupcake de morango e cupcake de baunilha. Considerando todas as opções oferecidas, de quantas maneiras um cliente pode escolher o seu lanche?

Solução: Podemos começar a resolução do problema apresentado, construindo uma árvore de possibilidades, conforme ilustrado abaixo:



Acompanhando o diagrama, podemos diretamente contar quantos tipos diferentes de lanches podemos escolher. Assim, identificamos que existem 24 combinações possíveis.

Podemos ainda resolver o problema usando o princípio multiplicativo. Para saber quais as diferentes possibilidades de lanches, basta multiplicar o número de opções de sanduíches, bebidas e sobremesa.

Total de possibilidades: $3 \cdot 2 \cdot 4 = 24$.

Portanto, temos 24 tipos diferentes de lanches para escolher na promoção.

— Tipos de Combinatória

O princípio fundamental da contagem pode ser usado em grande parte dos problemas relacionados com contagem. Entretanto, em algumas situações seu uso torna a resolução muito trabalhosa.

Desta maneira, usamos algumas técnicas para resolver problemas com determinadas características. Basicamente há três tipos de agrupamentos: arranjos, combinações e permutações.

Antes de conhecermos melhor esses procedimentos de cálculo, precisamos definir uma ferramenta muito

1 <https://www.todamateria.com.br/analise-combinatoria/>



CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS

I- A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público do IBGE, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição do serviço público, como um todo, e, em especial, das pesquisas estatísticas e geocientíficas oficiais, cujas fontes de dados escolhidas devem contemplar a qualidade, a oportunidade, os custos e o ônus para os cidadãos.

II- O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal. Por se integrar à condição de servidor do IBGE, o elemento ético da conduta abrange, além dos primados maiores, a adoção dos melhores princípios, métodos e práticas, de acordo com considerações estritamente profissionais, incluídos os princípios técnicos, científicos e a ética profissional.

III- A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. Para melhor exercício de sua função pública no IBGE, o servidor deve ter consciência da relevância das informações estatísticas e geocientíficas, a fim de atender ao direito à informação pública de modo imparcial e com igualdade de acesso. É imprescindível que o servidor do IBGE zele pela qualidade dos processos de produção das informações oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio.

IV- A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V- O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI- A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII- Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar. Entretanto, os dados individuais de pessoas físicas ou jurídicas coletados pelo IBGE são estritamente confidenciais e exclusivamente utilizados para fins estatísticos. Ademais, leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatístico e cartográfico no Instituto devem ser de conhecimento público.

VIII- Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.



A complexa interação entre a comunidade, a economia e o ecossistema é um tópico essencial na atualidade. Esses três componentes estão intrincadamente entrelaçados, influenciando-se profundamente e frequentemente de maneira interdependente. A compreensão dessa ligação tríplice é fundamental para encarar os desafios globais de sustentabilidade, crescimento econômico e qualidade de vida. A economia contemporânea é edificada sobre os pilares da sociedade e do meio ambiente. Entretanto, a busca por crescimento econômico muitas vezes resultou em práticas que prejudicam negativamente o ambiente.

A exploração intensiva de recursos naturais, a poluição e a degradação do ecossistema muitas vezes causam danos irreversíveis, afetando diretamente a qualidade de vida das comunidades e das gerações futuras. Logo, uma economia verdadeiramente sustentável precisa equilibrar desenvolvimento econômico com preservação do ambiente. Do outro lado, a sociedade é tanto um agente que influencia quanto um receptor das consequências dessa interação.

Ações e escolhas individuais e coletivas moldam a demanda por produtos e serviços, impactando diretamente os padrões de produção e consumo. Uma sociedade consciente de seu impacto ambiental tem o poder de pressionar por mudanças positivas na economia, encorajando práticas mais sustentáveis. Conscientização pública e engajamento são componentes cruciais para fomentar políticas e práticas econômicas que considerem a preservação ambiental e a justiça social.

Ademais, o ambiente natural exerce uma função crucial na manutenção da vida humana e na configuração das atividades econômicas. Os recursos naturais, como água, ar puro, solo fértil e biodiversidade, são fundamentais para produção e bem-estar humano. A degradação desses recursos pode resultar em crises econômicas e sociais, gerando desigualdades e ampliando a vulnerabilidade das comunidades. Por isso, a conservação e uso sustentável dos recursos naturais são fundamentais para assegurar a robustez das economias e o bem-estar das sociedades.

Uma abordagem abrangente que leve em consideração a interdependência entre a comunidade, a economia e o meio ambiente é indispensável para enfrentar os desafios presentes e futuros. Políticas públicas, regulamentações e incentivos devem ser formulados para estimular uma economia circular, onde resíduos se tornam recursos e os padrões de produção e consumo são regenerativos e de baixo impacto ambiental.

A promoção da inovação tecnológica também desempenha um papel crucial na criação de soluções sustentáveis que estimulem crescimento econômico ao mesmo tempo em que reduzem impacto ambiental negativo. A relação entre a sociedade, a economia e o meio ambiente é complexa e vital para a sustentabilidade global. Uma abordagem equilibrada e consciente, que considere as necessidades de todos esses elementos, é essencial para garantir um futuro saudável e próspero para as atuais e futuras gerações. Reconhecer essa interconexão é um passo crucial para enfrentar os desafios ambientais e econômicos que o mundo enfrenta hoje em dia.

Quando falamos do processo de modernização capitalista, caracterizado pelo crescimento da industrialização, urbanização e globalização: podemos dizer que ele desencadeou uma migração em massa das áreas rurais para as cidades em busca de oportunidades econômicas. Essa urbanização em larga escala transformou não apenas os centros urbanos, mas também o campo, à medida que a demanda por alimentos e matérias-primas aumentou para abastecer as indústrias urbanas em expansão. Isso resultou em mudanças nas práticas agrícolas, com uma crescente adoção de métodos intensivos e tecnologias modernas para aumentar a produção. A modernização capitalista também trouxe uma reconfiguração nas relações sociais e econômicas entre o campo e a cidade. Nas áreas urbanas, houve uma concentração de poder econômico e político, juntamente com a proliferação de empregos nas indústrias e serviços. Enquanto isso, muitas áreas rurais experimentaram a mecanização da agricultura, levando a uma redução da mão de obra agrícola e a um declínio das comunidades agrárias tradicionais.